

ATA N.º 906/2023 - CPI-BRA/DRG/BRA/IFSP

ATA DE REUNIÃO

IFSP - Campus Bragança Paulista : CPI-BRA-BRA

Objeto :

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS (CONCAM) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA (06/09/2023).

Ao sexto dia do mês de setembro de 2023, na sala A501 do Câmpus Bragança Paulista do IFSP, realizou-se a reunião do Conselho de Câmpus, sob a presidência de João Roberto Moro e com a presença dos conselheiros: Adriano Henriques Machado, André Luis Maciel Leme, André Marcelo Panhan, Ariocy Dentello Junior, Damásio Sacrini, Jade Schevenin, Karla Cristiny Moraes da Silva, Luciano Guimarães Mendes, Maria Isabel D'Andrade de Souza Moniz, Marina Mitie Gishifu Osio, Sérgio Ricardo Pacheco, e dos convidados da comissão do PDI: Adilson de Souza Cândido e Pedro Luis Calheiros da Silva.

Abertura: Às 13h52 o presidente João Moro deu início à sessão, apresentando a pauta.

Expediente: Apresentação do termo de ocorrência da reunião de 31 de agosto. Falta de quórum. Próximo item de expediente: Ata da reunião anterior de 05 de julho. Aprovada pelo conselho. Nenhum conselheiro pendente de tomada de posse compareceu.

Ordem do dia: O presidente João Moro inicia informando que teve um pedido de inversão de pauta, se poderia iniciar pela pauta relativa ao PDI. Inversão aceita pelo conselho. A conselheira Maria Isabel iniciou a apresentação da sua análise como relatora do documento. Emitiu um parecer favorável à aprovação, mas sugeriu uma maior atenção e reflexão sobre a forma de acompanhamento das ações previstas no plano e sobre a aderência à formação de professores na proposta de nova oferta de curso de Mestrado Profissional em Informática na Educação. Adriano pontuou que considerou que a segunda audiência pública de 28/06/2023 do PDI foi pouco divulgada. Sobre o Mestrado, Adriano relatou sobre a dificuldade de se abrir cursos Stricto Sensu na CAPES. Pergunta à comissão e à direção sobre o impacto desse curso na infraestrutura e na força de trabalho e sugere que a proposta do curso seja aprovada em separado do PDI. Damásio sugere um lato sensu no eixo tecnológico de indústria em vez desse stricto sensu. Jade questionou sobre o impacto orçamentário. Foi dada a palavra ao Prof. Adilson da comissão do PDI. Sobre a divulgação avisa que Pedro trabalhou na divulgação externa, e que na análise da comissão, a força de trabalho e infraestrutura de laboratórios irá atender. Sobre orçamento, o aluno de mestrado é o que reflete menos em incremento de orçamento, mas ainda assim é um saldo positivo. Também apresentou as análises que foram feitas considerando que o curso seja considerado como formação pedagógica ou não. Jade relata que, do que ela participa, a maior demanda social e maior impacto orçamentário é dos cursos técnicos integrados. Adilson pontua que esse curso de mestrado foi aprovado em audiência pública. Jade propõe reflexão já que os números dos processos seletivos são mais expressivos uma vez que o quorum da audiência pública foi baixo. Panhan pontua que devia ficar mais claro que a proposta do curso é multicampi. Maria Isabel também corrobora esse ponto e pergunta se é possível que seja votada uma aprovação parcial. Adilson considera que seja melhor a aprovação total, ou não. Luciano concorda com os pontos levantados por André e Adriano, considera importante destacar que é um curso multicampi, e que concorda que o PDI e a proposta de curso devam ser votados em separado. João Moro pontua que foram publicizadas as audiências públicas. Karla sugere que a comissão faça mais estudos para que o curso possa ser aprovado com mais informações, se houver prazo. Adilson responde que isso seria apenas uma aprovação para que o campus pleiteie o curso perante a reitoria, e inclusive a grade do curso pode ser modificada. Lembra que um curso não pode ser proposto se não estiver no PDI. André Leme questiona se a aprovação do curso voltará a este fórum. Adilson informa que sim, antes da implantação. Marina pergunta se o curso obrigatoriamente precisa ser ofertado.

Adilson informa que não. Damásio questiona sobre o curso no eixo de controle de processos industriais, Adilson pontua que pode ser incluído na revisão do PDI daqui a 2 anos. João Moro explica sobre a dinâmica do PDI e suas revisões. Maria Isabel esclarece que sim a posição favorável de sua relatoria é do PDI com o curso enquanto apenas proposta. Karla questiona se esse seria o momento correto para se aprovar essa proposta de curso. Adilson considera que sim, e que isso melhoraria os balizadores, especialmente se considerado como curso de formação de professores. André Panhan reforça que a aprovação se refere ao PDI, incluindo uma possibilidade de curso, não é a aprovação do curso. Também destaca a necessidade de reforço nos 20% de formação de professores dos balizadores. Afirmo que atualmente não temos condições de aprovar novos cursos que não sejam técnicos e nem de formação de professores. João Moro reforça que os balizadores da lei 11892 limitam em até no máximo 30% os outros cursos que não sejam técnicos ou de formação de professores. Jade concorda com Karla que em vez de destinar servidores para estudar essa proposta de curso deveria ser dedicado esforço para ampliação nos cursos técnicos. Adilson considera que uma coisa não impede a outra. Luciano lembra que a abertura de um curso impediria a abertura de outros cursos. João Moro reforça novamente a necessidade de um maior entendimento do PDI em si. O presidente chama novamente a relatora Maria Isabel que parabeniza a comissão e reafirma seu voto favorável, com as duas ressalvas já registradas anteriormente. Votação: aprovado por 5 votos a favor e 4 contra. Karla esclareceu que seu voto contra foi apenas por considerar que não era o momento de se fazer a proposta do curso, mas que parabenizava à comissão pelo trabalho do PDI.

Próximo ponto de pauta: Projeto Político-Pedagógico, com relatoria do conselheiro Adriano. Adriano pontuou que, comparado com o PPP anterior, o PPP do Campus aumentou de tamanho e complexidade atingindo 135 páginas. Comparou com o PPP do IFRN que tem 290 páginas, mas é para todo o IFRN. No capítulo 6 de ações e propostas, ressaltou a importância de se criar uma comissão para viabilizar visitas técnicas e culturais. Sobre a proposta de letreiro e de pintura, sugeriu que fossem combinadas as duas propostas, e que isso poderia ser atendido com uma pintura na parede lateral, a exemplo do IFMG campus Sabará, o que seria mais acessível. Jade e Panhan ressaltam que no Estudo Técnico são colocadas alternativas, o que contemplaria essa opção. Luciano também apoia a proposta da pintura e lembra a dificuldade burocrática de se organizar as visitas técnicas e outros projetos e considera que poderia ser dedicado algum servidor técnico-administrativo para isso. Jade ressalta que sempre vai ter um membro da CLT nessas comissões, mas que os setores administrativos precisam de servidores que auxiliem com o conhecimento técnico. Completadas 2 horas de reunião, o presidente João Moro consulta aos conselheiros de pode ser feita uma extensão de mais 1 hora. Aprovada em consenso. Continuando, João Moro lembra que essas ações no plano se estenderão até a próxima gestão e que são ações levantados por várias frentes incluindo a CPA. Adriano continua a relatoria, criticando uma ação que propõe alteração na organização didática, o que não compete ao campus. Panhan diz que atendeu à solicitação de inclusão, mas que o Conselho pode alterar. Adriano levanta a questão de como isso será divulgado futuramente, dada a extensão do documento, sugere talvez uma cartilha-resumo, ou divulgações periódicas de pontos específicos à comunidade, de maneira didática. Destaca a grande importância do acompanhamento das ações previstas no PPP. Propõe à DAE que isso seja discutido com as coordenadorias do campus e isso seja tema das reuniões de planejamento pedagógico. Outra coisa que Adriano observa é que tem muitas ações com responsabilidade à equipe de comunicação. Questiona se a equipe de comunicação pode dar conta, e como podemos ajudá-la. João Moro parabeniza Adriano pela relatoria. João Moro lembra que a equipe de comunicação não é uma coordenadoria, e no presente momento são 2 pessoas, a Karin da CDI e o Vanderlei da CTI. Abrindo a perguntas, Luciano lembra o esforço dos professores de providenciar divulgação de processos seletivos por outdoor, que tem sido feito nos últimos anos. Caso não haja, sugere que na matrícula os candidatos informem como ficaram sabendo dos cursos. Considera a necessidade de se prever a certificação intermediária aos alunos com deficiência. Karla considera que esse um ponto que ainda está em debate e em construção no campus. Maria Isabel também questiona se essa questão não depende de instâncias superiores. Luciano elogia o momento de riqueza de discussão. André Panhan pergunta qual encaminhamento referente à ação que envolve alteração da organização didática. Adriano responde que seria a supressão dessa linha. Portanto o voto do relator seria esse. Karla pede uma revisão da redação referente ao atendimento educacional especializado. O relator Adriano concorda. João Moro coloca em votação o PPP com as alterações propostas. Aprovado por unanimidade com 7 titulares presentes no momento.

Devido ao tempo de reunião, André Panhan sugeriu que a pauta relativa à comissão da Festa Junina fique para uma próxima reunião. Demais conselheiros de acordo.

Último ponto de pauta: Informes. João Moro informa sobre o processo eleitoral do CONCAM, que está com as inscrições de candidaturas abertas. Pergunta ao Adilson, presidente da comissão eleitoral, como estão as inscrições. Adilson informa que até o momento há inscrições de 5 docentes, 3 discentes, e nenhum técnico-administrativo.

Encerramento: Não havendo mais informes ou outros pontos de pauta, o presidente João Moro agradece a todos os presentes e encerra a reunião às 16h35. Eu, Alexandre Fonseca Jorge, lavrei a presente ata a qual dato e assino junto com o presidente do Conselho.

Bragança Paulista, 11 de setembro de 2023.

(abaixo data da versão eletrônica)

14 de setembro de 2023

Documento assinado eletronicamente

Nome completo	Cargo
João Roberto Moro	Presidente
Alexandre Fonseca Jorge	Secretário

Documento assinado eletronicamente por:

- **Alexandre Fonseca Jorge**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/09/2023 21:21:30.
- **Joao Roberto Moro**, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DRG/BRA, em 15/09/2023 12:37:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 618779

Código de Autenticação: 984e856c40



ATA N.º 906/2023 - CPI-BRA/DRG/BRA/IFSP